



PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE  
SANTA CRUZ DO SUL

Processo Seletivo Público de Estágio - Edital Nº 002/2025  
CIEE/RS – Centro de Integração Empresa - Escola do Rio Grande do Sul  
Processo Seletivo Público de Estágio – **25 de outubro de 2025**

Nome:

Curso:

Nº de Inscrição:

---

Assinatura do Candidato

**Informações importantes:**

- ✓ Antes de iniciar a prova confira todos os seus dados na Grade de Respostas e assinhe a mesma;
- ✓ Esta prova contém **40 questões objetivas** e terá duração total de **01 hora e 30 minutos**;
- ✓ Para cada questão existe somente uma alternativa correta;
- ✓ Com caneta de tinta azul ou preta, assinale na prova a alternativa que julgar correta e, após, transfira para a “Grade de Respostas”;
- ✓ Cuidado no preenchimento da Grade de Respostas, pois não serão substituídas em caso de rasura;
- ✓ Não serão computadas as questões não assinaladas na grade e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasuras;
- ✓ Os monitores de sala não esclarecerão dúvidas sobre a prova durante a sua realização.

**BOA PROVA!**



---

**Direito Constitucional | 10 questões**

---

**1)** Com base na Constituição Federal, é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- I. Soberania dos veredictos.
- II. Competência para julgar crimes dolosos contra a vida.
- III. Publicidade e transparência das votações.
- IV. Plenitude de defesa.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
  - b) Apenas nos itens I e III.
  - c) Apenas nos itens I, II e IV.
  - d) Apenas nos itens II e IV.
  - e) Apenas nos itens II, III e IV.
- 

**2)** O ex-servidor A. pretende solicitar, no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, certidão de tempo de serviço, a fim de averbar tempo para obtenção de avanços e triênios em cargo público recém-assumido em outro ente da federação. No caso concreto, nos termos da Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

- a) A. tem direito a receber quaisquer informações de seu interesse particular, ainda que seu sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) A publicidade dos atos processuais administrativos poderá ser restrita a critério do gestor.
- c) O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder depende do pagamento de taxas.
- d) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, não depende do pagamento de taxas.
- e) As informações somente poderão ser obtidas por meio de mandado de segurança ou *habeas corpus*.



3) A Constituição Federal de 1988 é comumente chamada de “municipalista”, uma vez que atribui aos Municípios diversas competências legislativas e materiais. Sobre as competências dos Municípios, nos termos da Constituição Federal, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- ( ) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- ( ) Legislar sobre assuntos de interesse regional.
- ( ) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

- a) C - C - E.
  - b) E - E - C.
  - c) C - E - E.
  - d) E - C - C.
  - e) C - E - C.
- 

4) O controle da Administração Pública é necessário para aferir a legalidade dos seus atos e garantir a boa execução dos gastos públicos. Nos termos da Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche as lacunas abaixo CORRETAMENTE.

*A fiscalização do Município será exercida pelo \_\_\_\_\_, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do \_\_\_\_\_, na forma da lei.*

- a) Tribunal de Contas dos Estados ou do Município | Poder Legislativo Municipal
- b) Tribunal de Contas dos Estados ou do Município | Poder Executivo Municipal
- c) Poder Legislativo Municipal | Poder Executivo Municipal
- d) Poder Legislativo Municipal | Tribunal de Contas dos Estados ou do Município
- e) Poder Executivo Municipal | Tribunal de Contas dos Estados ou do Município



5) O jornalista A., do Jornal X, publicou matéria denunciando a possível prática de corrupção em licitação do Município Tau, com base em documentos encaminhados por um servidor público municipal anônimo. Indignado, o Prefeito solicita à Procuradoria Municipal que ajuíze demanda em face do jornalista A. e do Jornal X para que forneçam o nome do denunciante. Nos termos da Constituição Federal, deve a Procuradoria orientar o gestor que:

- a) A liberdade constitucional de expressão é plena e absoluta, não cabendo qualquer medida judicial no caso.
- b) A liberdade de consciência assegura o livre exercício da imprensa, não havendo respaldo para a demanda.
- c) É resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, de modo que não é viável a obrigação judicial de divulgação.
- d) É livre a manifestação do pensamento, porém é expressamente vedado o anonimato da fonte jornalística, assistindo razão ao Prefeito.
- e) A expressão de comunicação depende de censura ou licença, pois são invioláveis a honra e a imagem das pessoas, sendo cabível a pretensão do Prefeito.

6) O Prefeito do Município Gama, após auditoria do Tribunal de Contas, pretende adequar a previdência dos servidores municipais às atualizações trazidas pela chamada “Reforma da Previdência”. Nos termos da Constituição Federal, analisar os itens.

- I. Observados critérios a serem estabelecidos em lei do respectivo ente federativo, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.
- II. As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei complementar federal.
- III. Vedada a instituição de novos regimes próprios de previdência social, lei complementar federal estabelecerá, para os que já existam, normas gerais de organização, de funcionamento e de responsabilidade em sua gestão.
- IV. Deverão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens I, III e IV.
- d) Apenas nos itens II e IV.
- e) Apenas nos itens II, III e IV.



**7)** F. é servidor público titular de cargo efetivo, porém sofreu limitação em sua capacidade mental. No plano de cargos do Município em que trabalha, há cargo cujas atribuições e responsabilidades são compatíveis com a limitação sofrida. Nos termos da Constituição Federal, enquanto permanecer nessa condição, F. poderá ser:

- a) Demitido, ainda que estável, uma vez que não detém as condições para o exercício do cargo originário.
  - b) Exonerado, mesmo que viável o exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido.
  - c) Reconduzido, acarretando o rompimento do vínculo.
  - d) Readaptado, desde que tenha a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
  - e) Posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- 

**8)** O engenheiro X. é de nacionalidade estrangeira, mas pretende concorrer em concurso público do Município Alfa. Durante o período de impugnação ao edital, X. questiona a possibilidade de eventualmente assumir o cargo, caso logre ser aprovado. Nesse caso, nos termos da Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

- a) Não há distinção entre estrangeiros e brasileiros quanto ao acesso aos cargos, aos empregos e às funções públicas.
- b) O acesso aos cargos, aos empregos e às funções públicas por estrangeiros dar-se-á na forma da lei.
- c) É expressamente vedado o acesso de estrangeiros aos cargos, aos empregos e às funções públicas.
- d) O acesso aos cargos, aos empregos e às funções públicas é privativo de brasileiros natos.
- e) Somente os cargos, os empregos e as funções públicas expressamente listados na Constituição podem ser providos por estrangeiros.



9) O Município Alfa é réu em uma ação popular. Citado para apresentar defesa, a ação foi encaminhada a um residente jurídico para avaliar a presença de eventuais vícios na petição inicial. Sobre os requisitos da ação popular, nos termos da Constituição Federal, analisar os itens.

- I. A ação popular pode visar anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe.
- II. A ação popular pode tutelar atos lesivos tanto ao meio ambiente quanto ao patrimônio histórico e cultural.
- III. Qualquer pessoa física é parte legítima para propor a ação popular.
- IV. O autor é, em regra, isento de custas, mas não dos ônus da sucumbência.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens I e III.
- c) Apenas nos itens I, II e IV.
- d) Apenas nos itens II, III e IV.
- e) Em todos os itens.

---

10) Baseando-se na Constituição Federal, todo o cidadão tem direito de solicitar e receber informações de interesse público dos órgãos governamentais, no prazo estabelecido em lei. Esse direito foi assegurado com a promulgação da:

- a) Lei nº 8.429/1992 – Lei da Improbidade Administrativa.
- b) Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet.
- c) Lei nº 13.708/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d) Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.
- e) Lei nº 12.846/2014 – Lei Anticorrupção.

---

**Direito Administrativo Brasileiro | 10**  
**questões**

---

11) No que se refere às espécies de atos administrativos, é o ato que tem as manifestações internas da Administração decorrentes do poder hierárquico disciplinando o funcionamento de órgãos e a conduta de agentes públicos:

- a) Ato ordinatório.
- b) Ato negocial.
- c) Ato enunciativo.
- d) Ato punitivo.
- e) Ato normativo.

---

12) No que se refere aos atos administrativos, quando dirigidos aos particulares, o fundamento dos atos punitivos é o:

- a) Poder de polícia.
- b) Poder regulamentar.
- c) Poder normativo.
- d) Poder vinculado.
- e) Poder disciplinar.



**13)** Em relação aos sujeitos dos vícios em espécie, defeitos quanto à competência para a prática do ato administrativo podem ocorrer. Sobre esses defeitos, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- ( ) É usurpação pública quando o indivíduo ingressou irregularmente no serviço público em decorrência de vício na investidura.
- ( ) É excesso de poder quando a autoridade pública, embora competente para praticar o ato, ultrapassa os limites de sua competência, exagerando na forma de defender o interesse público.
- ( ) Funcionário de fato é aquele particular que não é agente público que pratica ato privativo da administração pública.

- a) C - C - C.
- b) E - C - E.
- c) C - E - C.
- d) E - E - E.
- e) C - C - E.

---

**14)** Em análise aos atos administrativos, existem atributos que não estarão presentes em todos os atos. São eles:

- a) Presunção de legitimidade e imperatividade.
- b) Autoexecutoriedade e tipicidade.
- c) Tipicidade e presunção de legitimidade.
- d) Imperatividade e autoexecutoriedade.
- e) Presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.

**15)** A Lei do Processo Administrativo prevê dois institutos relacionados ao poder hierárquico: a delegação e a avocação de competências. A delegação distribui temporariamente a competência, representando um movimento centrífugo, enquanto a avocação concentra a competência de maneira centrípeta. Porém, a própria legislação assevera as competências administrativas que são indelegáveis. São elas:

- I. A edição de ato de caráter normativo.
- II. A decisão de recursos administrativos.
- III. As matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Apenas nos itens II e III.
- e) Em todos os itens.

**16)** Acerca dos elementos (ou requisitos) dos atos administrativos, assinalar a alternativa INCORRETA.

- a) Finalidade: fim mediato do ato administrativo.
  - b) Motivação: situação de fato ou de direito que justifica a edição do ato administrativo.
  - c) Competência, em regra improrrogável e irrenunciável.
  - d) Objeto: efeito jurídico e material imediato que será produzido pelo ato administrativo.
  - e) Forma: o revestimento externo do ato administrativo.
-



**17)** Acerca da revogação dos atos administrativos, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A revogação produz efeitos *ex tunc*.
- b) A revogação é a invalidação do ato administrativo editado em desconformidade com a ordem jurídica.
- c) Os atos que acarretam direitos adquiridos não podem ser revogados.
- d) Atos que exauriram seus efeitos ou com prazo expirado podem ser revogados.
- e) A revogação do ato revogador acarreta efeitos ripristinatórios.

---

**18)** A convalidação ou sanatória consiste na correção de vícios sanáveis presentes nos atos administrativos. Nessa perspectiva, assinalar a alternativa que indica os elementos do ato administrativo que admitem convalidação.

- a) Finalidade e motivo.
- b) Forma e finalidade.
- c) Motivo e competência.
- d) Competência e forma.
- e) Motivação e objeto.

**19)** A supervisão ministerial consiste na capacidade de Ministérios, Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais fiscalizarem e orientarem as ações de órgãos e entidades da Administração Pública Indireta. Em relação à supervisão ministerial, analisar os itens.

- I. Sujeita-se ao poder hierárquico.
- II. Desempenha somente controle finalístico.
- III. Envolve possibilidade de revisão de atos praticados.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item II.
- c) Apenas nos itens II e III.
- d) Em nenhum dos itens.
- e) Em todos os itens.

**20)** Nos termos da Constituição Federal, a competência regulamentar é privativa dos chefes do Executivo e, em princípio, indelegável. Entretanto, a Constituição prevê a possibilidade de o Presidente da República delegar competências, mediante decreto, para:

- a) Ministros de Estado, Procurador-Geral da República e Advogado-Geral da União.
- b) Secretários de Estado, Presidente do Supremo Tribunal Federal e Procurador-Geral da União.
- c) Advogado-Geral da União, Presidente do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor-Geral da União.
- d) Procurador-Geral da União, Ministros de Estado e Presidente do Senado Federal.
- e) Secretários Municipais, Ministros do Supremo Tribunal Federal e Procurador-Geral da Fazenda Nacional.



---

### Direito Civil | 5 questões

---

**21)** Sobre as obrigações na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, analisar os itens.

- I. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se residirem os proponentes.
- II. Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.
- III. A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que assinarem o contrato.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
  - b) Apenas no item II.
  - c) Apenas no item III.
  - d) Em nenhum dos itens.
  - e) Em todos os itens.
- 

**22)** Considerando-se a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo começará a correr da antiga publicação.
- c) As correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- d) Se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- e) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule parcialmente a matéria de que tratava a lei posterior.

**23)** De acordo com as causas que suspendem a prescrição, assinalar a alternativa que informa CORRETAMENTE quando a prescrição não ocorrerá.

- a) Entre os cônjuges, fora da constância da sociedade conjugal.
  - b) Contra os ausentes do País em serviço público da União e dos Estados, exceto dos Municípios.
  - c) Entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, após a tutela ou curatela.
  - d) Entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
  - e) Contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de paz.
-



**24)** Conforme as causas que interrompem a prescrição, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do segundo ato do processo para a interromper.
- b) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- c) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
- d) A interrupção por um dos credores solidários não aproveita aos outros, assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros.
- e) A interrupção operada contra um dos herdeiros do devedor solidário prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis.

---

**25)** Sobre o instituto jurídico da decadência, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Salvo disposição legal em contrário, se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- b) Não é nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) Não deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- d) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.
- e) Não deve o juiz, de ofício, conhecer da prescrição quando estabelecida por lei.

**26)** De acordo com o Código de Processo Civil, no que se refere à capacidade processual, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) Toda pessoa tem capacidade para estar em juízo.
- b) O incapaz deverá ser representado pela Defensoria Pública.
- c) O réu revel citado por edital será representado pela Defensoria Pública.
- d) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público.
- e) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel.

---

**27)** Com base no Código de Processo Civil, verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte:

- a) O juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
  - b) O processo será extinto.
  - c) O réu será considerado revel.
  - d) O juiz designará o prazo de 30 dias para que o vício seja sanado.
  - e) O processo será extinto caso o vício não seja sanado em 15 dias.
-



**28)** De acordo com o Código de Processo Civil, são deveres das partes, de seus procuradores e daqueles que de qualquer forma participem do processo:

- a) Produzir provas e praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
- b) Formular pretensão ou apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- c) Expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- d) Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, criando embaraços à sua efetivação.
- e) Praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso.

**29)** Nos termos do Código de Processo Civil, sobre procuradores e sucessão das partes e dos procuradores, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração.
- b) No curso do processo, somente é lícita a sucessão voluntária das partes nos casos expressos em lei.
- c) O advogado não poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo.
- d) A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos altera a legitimidade das partes.
- e) Ocorrendo a morte de qualquer das partes, o processo será extinto.

**30)** De acordo com o Código de Processo Civil e o entendimento dos Tribunais Superiores, analisar os itens.

- I. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- II. A instituição de Procuradorias municipais depende da escolha política autônoma de cada município, no exercício da prerrogativa de sua auto-organização.
- III. A Constituição Estadual pode prever que o cargo de Advogado-Geral do Estado somente pode ser ocupado por membro da carreira, estável e maior de 35 anos.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Apenas no item I.
- b) Apenas no item III.
- c) Apenas nos itens I e II.
- d) Apenas nos itens II e III.
- e) Em todos os itens.



---

**Direito Tributário | 5 questões**

---

**31)** Nos termos da lei de cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, a execução fiscal não poderá ser promovida contra:

- a) Devedor.
- b) Credor.
- c) Espólio.
- d) Massa.
- e) Os sucessores a qualquer título.

---

**32)** Sobre a petição inicial na cobrança de dívida ativa, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela não precisará estar integrante.
- b) A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa não poderão constituir um único documento.
- c) A produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.
- d) A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial.
- e) A petição inicial não precisará conter a indicação para citação.

**33)** De acordo com o despacho do juiz para deferir a petição inicial, avaliar se as afirmativas são certas (C) ou erradas (E) e assinalar a sequência correspondente.

- ( ) O despacho do juiz que deferir a inicial importa em ordem para penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia.
- ( ) O despacho do juiz que deferir a inicial importa em ordem para arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar.
- ( ) O despacho do juiz que deferir a inicial importa em ordem para avaliação dos bens penhorados ou arrestados.

- a) C - C - C.
- b) E - C - E.
- c) E - E - C.
- d) E - E - E.
- e) C - E - E.

---

**34)** Sobre penhora e arresto, assinalar a alternativa que representa a ordem CORRETA.

- a) Título da dívida pública, pedras e metais preciosos e dinheiro.
  - b) Veículos, imóveis e pedras e metais preciosos.
  - c) Metais preciosos, título da dívida pública e semoventes.
  - d) Dinheiro, título da dívida pública e pedras e metais preciosos.
  - e) Pedras e diamantes, dinheiro e cheques.
-



**35)** Sobre a execução e o oferecimento de embargos, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) São admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
- b) No prazo dos embargos, o executado não precisará alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas.
- c) Será admitida reconvenção e compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e processadas e julgadas com os embargos.
- d) Recebidos os embargos, o juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 90 dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
- e) Não se realizará audiência se os embargos versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que o juiz proferirá a sentença no prazo de 30 dias.

**36)** Vértices da principiologia do Direito do Trabalho, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são definidos constitucionalmente como:

- a) Fundamentos da República.
- b) Objetivos fundamentais da República.
- c) Princípios regentes das relações internacionais.
- d) Direitos individuais e coletivos.
- e) Direitos sociais.

---

**37)** J. era empregado de empresa “terceirizada” do Município Alfa e pretende ajuizar demanda quanto aos créditos resultantes dessa relação de trabalho. A respeito do respectivo prazo prescricional, nos termos da Constituição Federal, assinalar a alternativa CORRETA.

- a) 1 ano.
  - b) 2 anos.
  - c) 3 anos.
  - d) 4 anos.
  - e) 5 anos.
-



**38)** O Município Omega contratou a empresa Phi para prestar serviços de limpeza nas escolas municipais. Entretanto, após oito meses de regular prestação contratual, a empresa Phi deixou de realizar os depósitos do FGTS. Após regular fiscalização, o Município Omega sancionou a contratada com advertências e multas, culminando na rescisão contratual. Na sequência, diversos empregados da Phi ajuizaram demanda em face desta e do Município Omega, buscando o pagamento dos encargos trabalhistas inadimplidos. Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado:

- a) Não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.
- b) Transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário.
- c) Transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento em caráter solidário, somente.
- d) Transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento em caráter subsidiário, somente.
- e) Transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento em caráter solidário, porém de execução subsidiária.

**39)** O Sindicato dos Servidores do Município Zeta ajuizou demanda coletiva perante a Justiça do Trabalho em face do Município Zeta, buscando o adimplemento do terço de férias dos professores municipais estatutários. A defesa do Município, entre outros argumentos, pugnou pela incompetência da Justiça do Trabalho para julgar a matéria, alegando se tratar de competência da justiça comum. Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar que a competência da Justiça do Trabalho:

- a) Não abrange a causa, por expressa disposição constitucional.
  - b) Não abrange a causa, por aplicação da técnica hermenêutica da interpretação conforme a Constituição.
  - c) Abrange a causa, por expressa disposição constitucional originária.
  - d) Abrange a causa, por expressa disposição constitucional oriunda do poder constituinte reformador.
  - e) Abrange a causa, por aplicação da técnica hermenêutica da interpretação conforme a Constituição.
-



**40)** A empresa pública municipal Omicron exonerou W., então assessor da diretoria, baseando-se apenas no fato de que se tratava de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, não provido por concurso. Irresignado, W. ajuizou reclamation trabalhista, na qual pleiteia o pagamento da indenização de 40% do FGTS e do aviso-prévio indenizado em decorrência de sua demissão sem justa causa. Em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal do Trabalho, é CORRETO afirmar que W.:

- a) Faz jus ao pagamento da indenização de 40% do FGTS e do aviso-prévio.
- b) Tem direito somente ao pagamento da indenização de 40% do FGTS, mas não ao aviso-prévio indenizado.
- c) Deverá receber o pagamento do aviso-prévio indenizado, mas não a indenização de 40% do FGTS.
- d) Poderá receber somente metade das verbas referentes à indenização devida sobre o saldo do FGTS e do aviso-prévio indenizado.
- e) Não tem direito ao pagamento das verbas rescisórias de indenização de 40% do FGTS e do aviso-prévio indenizado decorrentes da dispensa imotivada.